

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

kleber



Quem vai pagar a conta do rombo de R\$ 41 bilhões do Banco Master

O ponto mais sensível do escândalo do Banco Master é o custo final do rombo de R\$ 41 bilhões apurado até agora, que recai não apenas para seus controladores, mas sobre a institucionalidade do nosso sistema financeiro, as regras desenhadas para evitar pânico bancário e proteger depositantes, com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O banco liquidado pelo Banco Central, além desse montante em CDBs, tem uma carteira de 1,6 milhão de investidores a ressarcir. Essa não será paga pela Faria Lima no sentido abstrato, será por um sistema de “mutualização” que transforma o prejuízo de um agente econômico em risco de todos.

O FGC é um mecanismo privado, financiado pelo setor bancário, capaz de evitar corridas bancárias e interrupções em cadeia. Na prática, porém, no caso do Master, a proteção legítima do poupador vira um canal de transferência de perdas para o conjunto do sistema, com reflexos sobre crédito, spreads, custos de captação e, por consequência, sobre o cotidiano da economia real. O fundo possui R\$ 122 bilhões em recursos líquidos, ou seja, o rombo consome um terço do caixa. Em termos práticos, o ressarcimento até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por instituição preserva milhões de clientes e impede um efeito dominó imediato, mas gera um alto custo para o sistema.

Ou melhor, para os bancos associados. O prejuízo não desaparece, é mitigado pelo Banco Central (BC) e se converte em maiores contribuições, cautela na captação e encarecimento do dinheiro. Mesmo sem nenhum centavo do Tesouro, a sociedade paga via custo financeiro, empresas pagam via crédito mais caro e famílias pagam via juros e serviços. É a “socialização” típica de crises bancárias: não é exatamente o Estado que absorve a perda, o sistema repassa parte do ônus adiante.

A cobertura do FGC é limitada. Quem tinha valores acima do teto protegido ou posições fora do perímetro garantido está por sua própria conta. A liquidação protege o varejo, mas não assegura que todos os credores escaparão ilesos. O caso Master envolve suspeitas de carteiras falsas, títulos irregulares, gestão fraudulenta e muita esperteza, para aproveitar as brechas e vulnerabilidades das regras do jogo do mercado de capitais.

O problema mais grave, porém, é o enredo institucional do rombo do Master. A investigação migrou para o STF, sob sigilo e, desde dezembro, passou a depender de autorização direta do relator, Dias Toffoli, que adotou medidas como centralizar depoimentos e controlar diligências. Em tese, isso evitaria vazamentos, ruído e disputas, ou seja, mais turbulência de mercado. O que está acontecendo é exatamente o contrário.

O preço político do filtro e da redução da autonomia operacional da Polícia Federal, ao concentrar poder decisório, é o aumento da desconfiança em relação ao Supremo. O principal sintoma de que a crise pode se agravar são as reações no Congresso e nos meios de comunicação de que haveria tentativa de esvaziar ou abafar o caso, para proteger autoridades. Num ano eleitoral, esse é um ingrediente explosivo da disputa política.

Bumerangue

A CPMI do INSS, por exemplo, busca acesso a informações e pressiona por transparência sobre sigilos bancário e fiscal sob custódia institucional. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado criou um grupo permanente de acompanhamento e surge iniciativa para criação de uma CPI exclusiva do Master, que já tem assinaturas suficientes, e pedidos de suspeição do relator. Tudo atinge o coração do sistema financeiro e tem dupla interpretação: para uns, são medidas de proteção e controle excessivo; para outros, prudência e garantia do devido processo legal. É aí que o Supremo foi para o olho do furacão.

Um dos aspectos mais evidentes de “socialização” dos prejuízos é o caso do BRB: a negociação de R\$ 12,2 bilhões em créditos supostamente inexistentes, vendidos do Master para o BRB, é um dos eixos da investigação, com conexões políticas e administrativas com o Distrito Federal.

Se houver comprovação de irregularidades envolvendo dirigentes do BRB, o problema deixa de ser apenas um banco privado que quebrou e passa a incluir governança pública, controles internos e decisões de gestão com potencial de irradiar custo político e econômico.

O Master também se conecta ao crédito consignado e suspeitas de fraudes, com menções de que o INSS teria bloqueado cerca de R\$ 2 bilhões diante de indícios. Esse elo desloca a crise do plano bancário para o plano da política pública.

A Polícia Federal se queixa da “gestão cotidiana” do inquérito, com retenção e lacre de material apreendido no STF, controle de acesso e até indicação de peritos específicos para análise, procedimentos questionados pela PF e a Procuradoria-Geral da República. O STF é juiz do processo, mas não “gestor da investigação”. Quanto mais aparece como administrador da operação, mais se expõe a questionamentos. O esforço de “blindar” a investigação para reduzir turbulência produz o efeito oposto.

Quando um banco promete pagar “até 40% acima do mercado” e mobiliza milhões de investidores, alguém deveria frear, porque a conta chega, o sistema corre para proteger depositantes, porém, o custo se espalha.

PODER

PF antecipa os depoimentos

Oitivas do Master serão segunda e terça, após ordem de Toffoli para acelerar apuração

» RAFAELA GONÇALVES

Os depoimentos de investigados no caso do Banco Master foram antecipados para a próxima segunda e terça-feira, após o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar à Polícia Federal a redução do prazo para a coleta das oitivas. Com a decisão, todas as audiências foram concentradas em dois dias consecutivos, sob a justificativa de limitação de pessoal e de espaço físico no Supremo. Segundo Toffoli, as oitivas são fundamentais não apenas para o

andamento da investigação, mas também para a preservação da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), reforçando a importância de respostas rápidas diante de possíveis impactos no mercado.

Inicialmente, a Polícia Federal havia previsto que os depoimentos seriam distribuídos entre o fim de janeiro e em fevereiro, com possibilidade de participação presencial ou remota. Até o momento, não há previsão de nova oitiva de Daniel Vercaro, proprietário do banco, que estava originalmente listado entre depoentes.

Ao todo, estão programados

nove depoimentos durante os dois dias, incluindo nomes de peso como Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do Master, e os diretores Angelo Antonio Ribeiro da Silva, Luiz Antonio Bull e Alberto Felix de Oliveira Neto.

Vorcaro e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), prestaram depoimento pela primeira vez em 30 de dezembro, ocasião em que participaram de uma acareação, procedimento destinado a confrontar versões divergentes sobre os mesmos fatos.

A acareação concentrou-se nas divergências envolvendo a negociação de R\$ 12,2 bilhões em

créditos consignados com o BRB, que, segundo os investigadores, não existiam. Desse total, R\$ 6,7 bilhões corresponderiam a contratos falsos, enquanto R\$ 5,5 bilhões seriam referentes a prêmios, valores que supostamente representariam o montante real da carteira, acrescidos de um bônus.

O tema deve nortear as oitivas. O diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino, também prestou depoimento na mesma época, mas não participou da acareação, reforçando a função técnica e regulatória do órgão na apuração dos fatos.



CB DEBATE

Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos

Mediadoras:



Carmen Souza
editora de Opinião do
Correio Braziliense



Sibele Negromonte
subeditora da
Revista do Correio

Convidados Confirmados:



Marina Silva
ministra do Meio Ambiente
e Mudança do Clima



Luciana Santos
ministra da Ciência,
Tecnologia e Inovação



Daniela Teixeira
ministra do Superior
Tribunal de Justiça (STJ)



Vera Lúcia
ministra do Tribunal
Superior Eleitoral (TSE)



Leila do Vôlei
senadora



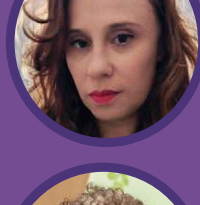
Rozana Naves
reitora da
Universidade de Brasília
(UnB)



Fabriziane Zapata
juíza de Direito e coordenadora
da Coordenadoria
da Mulher do TJDF



Eutália Barbosa
secretária executiva do
Ministério das Mulheres



Janaína Penalva
professora associada da
Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília (UnB)



Ana Addobbati
CEO da Livre De Assédio



Socorro Souza
membro da Coordenação do
Laboratório contra o Feminicídio
do DF e pesquisadora da Fiocruz



Victor Valadares
doutorando em Psicologia Clínica
e Cultura e integrante do Grupo
Saúde Mental e Gênero da UnB

INSCRIÇÕES GRATUITAS



27 • JAN

a partir das 09h
auditório do Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340

Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

Produção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

